

Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Contábeis  
em 30 de junho de 2020

Sumário

Relatório da Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

### A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

### Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

#### a) Contexto Geral

Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - “COVID-19”, que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O Banco adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

#### b) Impacto nas informações financeiras semestrais

O CCB Brasil adotou medidas conservadoras em seu portfólio, fortificando um intenso monitoramento na carteira de créditos, e sobre clientes que poderiam ter impactos relevantes com a redução da atividade doméstica. A qualidade da carteira construída no segmento corporativo e em empresas médias contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa que representa 80% do portfólio.

As principais medidas para contornar o grave impacto da crise foram o congelamento dos limites de crédito para avaliação dos impactos em respectivos setores econômicos; realização de comitês de créditos diariamente e início de monitoramento intensivo de todos os clientes com vencimentos até o final de 2020; adoção de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos e concentração de esforços em segmentos menos impactados pelo Covid, todos em linha com as resoluções 4.782 e 4.803 do Banco Central do Brasil - BACEN.

O incremento mais pronunciado no segmento varejo ocorreu devido ao aumento da contribuição da previdência, em abril de 2020, impactando funcionários públicos federais, além disso, foram aprovadas diversas leis estaduais que suspenderam o desconto das parcelas de créditos consignados.

Baseado neste cenário, o CCB Brasil tomou uma postura conservadora e em abril de 2020 suspendeu preventivamente todos os novos desembolsos dos governos locais estaduais e municipais devido aos riscos supracitados. Reduzimos também a idade máxima e realizamos adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de NPL continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa, sendo a carteira consolidada em junho com 3,8% de NPL, sendo em dez 2019 5,0%.

Além das medidas acima indicadas, o Banco vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

### **Resultado do Semestre Consolidado**

O primeiro semestre de 2020 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2020, as operações de crédito alcançaram R\$ 12.893,9 milhões, acréscimo de 21,9% na comparação com o segundo semestre de 2019. A parcela dos créditos classificados com rating AA - C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 96,2% do total da carteira (95,0% em dezembro de 2019).

Do lado dos passivos, observamos um aumento de 43,7% da captação em reais em seis meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.647,7 milhões, aumento de 78,8% ante o segundo semestre de 2019. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.361,2 milhões, decréscimo de 1,9% na comparação com o ano precedente.

Em 30 de junho de 2020, a Matriz representava 45,4% (45,1% em 2019) da captação total, cerca de R\$ 14.655,7 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2020, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.076,1 milhões e o índice de Basileia era de 14,01%.

O resultado bruto da intermediação financeira no primeiro semestre de 2020 alcançou R\$ 328,5 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2019, R\$ 201,0 milhões.

No primeiro semestre de 2020, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior, somaram R\$ 140,0 milhões, decréscimo de 19,74% na comparação com igual período de 2019.

O prejuízo líquido do primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 514,6 milhões (2019 – prejuízo R\$ 98,6 milhões).

### **Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos**

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2020 com 459 funcionários e nove pontos de atendimento.

### **Considerações finais**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 28 de setembro de 2020).

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco.

O Comitê analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2020, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 25 de setembro de 2020.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira  
Presidente

Walter M. Machado de Barros

---

***China Construction  
Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A. -  
Conglomerado  
Prudencial***

*Demonstrações contábeis consolidadas em  
30 de junho de 2020  
e relatório do auditor independente*



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos Administradores e Acionistas  
China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

## Ênfase

---

### **Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis", que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## Outros assuntos

---

### **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de setembro de 2020.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

---

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.





China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>21.146.844</b>	<b>16.341.627</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.560.220	586.815
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.436	5.449
Títulos e Valores Mobiliários	6.b	4.879.041	4.801.379
Derivativos	7.f	196.805	425.125
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8	11.319.936	9.089.834
Operações de Câmbio	9	2.276.851	1.506.955
Outros instrumentos financeiros	10	463.290	477.793
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(554.735)	(551.723)
<b>Ativos não Financeiros mantidos para Venda</b>	12	<b>198.771</b>	<b>235.226</b>
Custo		343.894	392.608
Provisão para redução ao valor recuperável		(145.123)	(157.382)
<b>Investimentos</b>		<b>3.128</b>	<b>3.133</b>
Participações societárias		2.483	2.488
Outros investimentos		645	645
<b>Imobilizado</b>		<b>25.894</b>	<b>33.349</b>
Custo		116.000	119.200
Depreciação acumulada		(88.597)	(84.342)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.509)	(1.509)
<b>Ativo Intangível</b>		<b>2.356</b>	<b>7.275</b>
Custo		128.845	128.258
Amortização acumulada		(126.489)	(120.983)
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>1.378.129</b>	<b>1.746.032</b>
Impostos a compensar		33.383	47.045
Crédito tributário	13.a	964.084	1.318.325
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	380.662	380.662
<b>Outros Ativos</b>	<b>14</b>	<b>72.787</b>	<b>83.588</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>22.827.909</b>	<b>18.450.230</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

(continuação)

Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>20.098.902</b>	<b>15.221.264</b>
Captações no mercado	15	12.165.842	8.580.564
Obrigações por empréstimos e repasses	16	6.321.714	4.798.031
Derivativos	7.f	174.827	14.890
Operações de Câmbio	9	476.280	17.768
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	17	956.219	692.555
Dívida Subordinada	18	-	1.110.499
Outros instrumentos financeiros	19	4.020	6.957
<b>Provisões</b>	20	<b>1.086.001</b>	<b>1.054.512</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>444.166</b>	<b>405.121</b>
Impostos correntes		38.956	32.183
Impostos diferidos	13.c	323.028	290.799
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	82.182	82.139
<b>Outras Obrigações</b>	23	<b>122.722</b>	<b>178.344</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>21.751.791</b>	<b>16.859.241</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	24.a	2.956.864	2.956.864
Ações em Tesouraria	25.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.826.522)	(1.311.935)
Reservas de Capital		899	899
Reservas de Lucros		-	-
Outros Resultados Abrangentes		(18)	266
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.076.118</b>	<b>1.590.989</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>22.827.909</b>	<b>18.450.230</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>2.980.106</b>	<b>626.942</b>
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	26	1.811.435	337.297
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	27	177.083	303.715
Resultado derivativos	28	381.917	(19.755)
Resultado de câmbio	29	607.911	17.486
Outras receitas de intermediação financeira	30	1.760	(11.801)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(2.647.300)</b>	<b>(425.988)</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	31	(1.761.327)	(61.168)
Operações de captações no mercado	32	(165.001)	(304.699)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	33	(281.567)	(17.520)
Dívida subordinada		(438.896)	(42.602)
Outras despesas de intermediação financeira	30	(509)	1
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada ao risco de crédito</b>		<b>332.806</b>	<b>200.954</b>
(Provisão) Reversão para perda esperada ao risco de crédito	11	(192.783)	(38.871)
<b>Resultado Líquido da Intermediação Financeira</b>		<b>140.023</b>	<b>162.083</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(231.960)</b>	<b>(272.638)</b>
Receitas com prestação de serviços e tarifas	34	25.652	17.145
Despesas de pessoal	35	(79.739)	(111.587)
Outras despesas administrativas	36	(60.262)	(62.842)
Outras receitas operacionais	37	21.717	29.024
Outras despesas operacionais	38	(91.165)	(67.709)
Resultado de participações societárias		66	(500)
(Provisão) reversão para passivos contingentes	21.d	(36.294)	(84.153)
(Provisão) reversão para garantias prestadas		(11.935)	7.984
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(91.937)</b>	<b>(110.555)</b>
Outras Receitas (Despesas) não operacionais		(293)	2.085
(Provisão) para imparidade de bens não de uso próprio		(32.966)	2.647
<b>Resultado não operacional</b>	39	<b>(33.259)</b>	<b>4.732</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>		<b>(125.196)</b>	<b>(105.823)</b>
Imposto de renda e contribuição social	13.d	(4.078)	(3.613)
Impostos diferidos	13.d	(385.313)	10.790
<b>Prejuízo do Semestre</b>		<b>(514.587)</b>	<b>(98.646)</b>
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores</b>	24.e	<b>(514.587)</b>	<b>(98.646)</b>
Ordinárias		(333.050)	(63.845)
Prefereciais	24.e	(181.537)	(34.801)
<b>Prejuízo básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$</b>		<b>(1,12)</b>	<b>(0,21)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente  
Semestre findo em 30 de junho  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Prejuízo do Semestre	<u>(514.587)</u>	<u>(98.646)</u>
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucro (prejuízo) líquido	<u>(284)</u>	<u>100.794</u>
<b>Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda</b>		
Próprios	(476)	167.990
Impostos diferidos de TVM próprio	192	(67.196)
<b>Resultado Abrangente do Semestre</b>	<b><u>(514.871)</u></b>	<b><u>2.148</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
Semestre findo em 30 de junho  
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital realizado</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Ágio na subscrição de ações</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>2.220</b>	<b>(1.307.233)</b>	<b>1.597.645</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	100.794	-	100.794
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	(98.646)	(98.646)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>103.014</b>	<b>(1.405.879)</b>	<b>1.599.793</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	100.794	(98.646)	2.148
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>266</b>	<b>(1.311.935)</b>	<b>1.590.989</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(284)	-	(284)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	(514.587)	(514.587)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.826.522)</b>	<b>1.076.118</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	(284)	(514.587)	(514.871)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**Semestre findo em 30 de junho**  
*(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	30/06/2020	30/06/2019
<b>Prejuízo do semestre</b>		<b>(514.587)</b>	<b>(98.646)</b>
<b>Ajustes ao Resultado</b>		<b>611.549</b>	<b>69.656</b>
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	192.783	38.871
Provisão para passivos contingentes	21.d	36.294	69.264
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	31	(44.492)	(14.822)
Outras provisões operacionais		44.901	(10.631)
Depreciação e amortização	36	10.648	22.627
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	13	385.313	(7.166)
Resultado de participações societárias		(66)	500
Perda na venda de tangível		2.349	9
Perda (Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	39	(1.857)	(1.500)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(14.324)	(27.496)
<b>Lucro (prejuízo) ajustado</b>		<b>96.962</b>	<b>(28.990)</b>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		14	63.542
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(76.746)	(143.695)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		388.257	31.116
(Aumento) redução na carteira de crédito e de arrendamento mercantil		(2.425.302)	766.366
(Aumento) em carteira de câmbio - Ativo		(769.896)	(330.333)
Aumento em carteira de câmbio - Passivo		458.512	359.853
(Aumento) em outros instrumentos financeiros - ativo		(297.298)	(312.259)
Aumento (redução) em captação no mercado		3.566.909	(619.807)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	(2.096)
Pagamento de juros		195.006	(175.885)
Pagamento de contingências		(17.379)	-
Recebimento de juros		336.334	307.903
(Redução) em outras obrigações		(48.208)	(18.878)
(Redução) em outros instrumentos financeiros - passivo		(2.937)	(2.589)
<b>Caixa Líquido originado (utilizado) em atividades operacionais</b>		<b>1.404.228</b>	<b>(105.752)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Alienação de bens não de uso próprio		10.775	11.188
Aquisição e alienação de imobilizado de uso		(35)	(10.907)
Aplicação no intangível		(587)	(975)
<b>Caixa Líquido originado em atividades de investimentos</b>		<b>10.153</b>	<b>(694)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		11.405.363	7.850.462
Aumento (redução) em dívidas subordinadas		(1.110.499)	49.626
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital		1.675.304	17.282
Pagamento de empréstimos		(11.425.468)	(9.309.928)
<b>Caixa Líquido originado (utilizado) em atividades de financiamento</b>		<b>544.700</b>	<b>(1.392.558)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>1.959.081</b>	<b>(1.499.004)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	586.815	2.866.293
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		14.324	27.496
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.560.220	1.394.785
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>1.959.081</b>	<b>(1.499.004)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **a) Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

A Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis com vigência a partir de janeiro/20, visando trazer similaridade das demonstrações contábeis com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *Internacional Financial Reporting Standard (IFRS)*, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/19, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Os montantes com realização esperada em até 12 meses e prazo superior estão apresentados em notas explicativas. Adicionalmente em decorrência da adoção da referida norma, os comparativos foram reclassificados conforme tabela abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Ativo</b>		
<b>De</b>	<b>Para</b>	<b>31/12/2019</b>
Disponibilidades	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.818
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações interfinanceiras de Liquidez	5.449
	Caixa e Equivalentes de Caixa	492.997
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários	4.801.379
	Derivativos	425.125
Relações Interfinanceiras	Outros ativos	4.770
Operações de Crédito	Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8.715.026
Outros Créditos	Outros ativos	52.251
	Carteira de crédito e arrendamento mercantil	286.060
	Operações de Câmbio	1.506.955
	Outros instrumentos financeiros	477.793
	Crédito Tributário	1.318.325
	Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	380.662
	Impostos a compensar	47.045
Outros Valores e Bens	Outros ativos	26.567
	Ativos não Financeiros mantidos para Venda	392.608
Investimentos	Investimentos	2.488
	Outros investimentos	645
Imobilizado de Uso	Imobilizado	33.349
Imobilizado de Arrendamento	Carteira de crédito e arrendamento mercantil	106.460
Intangível	Ativo Intangível	7.275
Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	Provisão para Perda Esperada ao Risco de Crédito	(390.250)
	Provisões para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(7.420)
	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(154.053)
Provisão para desvalorização de Outros Valores e Bens	Ativos não Financeiros mantidos para Venda	(157.382)
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.467.942</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Passivo</b>		
<b>De</b>	<b>Para</b>	<b>31/12/2019</b>
Depósitos	Captações no mercado	3.590.133
Captações no Mercado Aberto		3.603.526
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.386.905
Outras Obrigações	Outras Obrigações	91.738
	Operações de Câmbio	17.768
	Dívida Subordinada	1.110.499
	Outros instrumentos financeiros	6.957
	Provisões	1.054.512
	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	692.555
	Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	82.139
	Obrigações Fiscais - Impostos Correntes	32.183
	Obrigações Fiscais - Impostos Diferidos	290.799
	Carteira de crédito e arrendamento mercantil (ativo)	17.712
Relações Interdependências (passivo)	Outras Obrigações	66.006
Obrigações por Empréstimos	Obrigações por empréstimos e repasses	4.527.706
Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais		223.975
Obrigações por Repasses do Exterior		46.350
Instrumentos Financeiros Derivativos	Derivativos	14.890
Resultado de Exercícios Futuros	Outras Obrigações	20.600
Capital Social	Capital Social	2.956.864
Reservas de Capital	Reservas de Capital	899
Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	266
Prejuízos Acumulados	Prejuízos Acumulados	(1.311.935)
Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria	(55.105)
<b>Total do passivo</b>		<b>18.467.942</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Demonstração de Resultado</b>		
<b>De</b>	<b>Para</b>	<b>30/06/2019</b>
Ativo Fiscal Diferido	Impostos diferidos	23.377
Captação no Mercado	Operações de Captação no Mercado	(304.699)
	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	(17.520)
	Dívida Subordinada	(42.602)
Contribuição Social	Imposto de renda e contribuição social	(351)
	Ativo e passivo fiscal diferido	(5.733)
Despesas de pessoal	Despesas de pessoal	(111.587)
Despesas Tributárias	Outras despesas operacionais	(12.301)
Empréstimos, Cessões e Repasses	Obrigações por empréstimos e repasses	(76.542)
Imposto de Renda	Imposto de renda e contribuição social	(3.262)
	Ativo e passivo fiscal diferido	(6.854)
Operações de Arrendamento Mercantil	Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.423
Operações de Crédito	Operações de crédito e de arrendamento mercantil	329.421
Outras despesas administrativas	Outras despesas administrativas	(62.842)
Outras despesas operacionais	Outras receitas da intermediação financeira	(14.428)
	Obrigações de Empréstimos e repasses	552
	Outras despesas operacionais	(55.408)
	(Provisão) Reversão para passivos contingentes	(86.794)
Outras receitas operacionais	Operações de crédito e de arrendamento mercantil	5.453
	Outras receitas da intermediação financeira	332
	Obrigações de Empréstimos e repasses	14.822
	Outras receitas operacionais	29.024
	(Provisão) Reversão para passivos contingentes	2.641
	(Provisão) Reversão para garantias prestadas	7.984

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Provisão) Reversão para perda esperada ao risco de crédito	(38.871)
Renda de Tarifas Bancárias	Receitas de prestação de serviços e tarifas	435
Rendas de Prestação de Serviços	Outras receitas da intermediação financeira	2.292
	Receitas de prestação de serviços e tarifas	16.710
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	Resultado derivativos	(19.755)
Resultado de Aplicações Compulsórias	Outras receitas da intermediação financeira	3
Resultado de Câmbio	Resultado de câmbio	17.486
Resultado de Participações em Controladas	Resultado de participações societárias	(500)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	303.715
Resultado Não Operacional	Outras Receitas/(Despesas) não operacionais	2.086
	Provisão para imparidade de bens não de uso próprio	2.647
<b>Total</b>		<b>(98.646)</b>

As operações de arrendamento mercantil passaram a ser apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato de acordo com a regulamentação prevista pelo artigo 3 da Circular nº 3.959/19.

Dessa forma, para melhor apresentação e comparabilidade dessas informações financeiras, o saldo comparativo está sendo reapresentado de acordo com a regulamentação prevista:

Apresentação das Operações de Arrendamento Mercantil	Antes da Circular nº 3.959/19		Requerido pela Circular nº 3.959/19	
	Conceito	31/12/2019	Conceito	31/12/2019 Reclássificado
Operações de arrendamento	Arrendamento a receber deduzidas de Rendas a Apropriar	-	As operações de arrendamento mercantil passaram a ser apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato (nota 8)	88.748
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99	(7.420)	De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99	(7.420)
Imobilizado de arrendamento	Divulgado no Balanço Patrimonial deduzido da depreciação	106.460	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Divulgado no Balanço na linha de	
Credores por antecipação de valor residual	Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial na linha de Outras Obrigações
	(17.712)	-
<b>Total</b>	<b>81.328</b>	<b>81.328</b>

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os semestres apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2020.

**b) Demonstrações contábeis consolidadas**

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.280/13, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 30 de junho de 2020 e no ano de 2019 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A era composto pelo Banco e empresas controladas:

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do semestre.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

**c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do semestre.

**f) Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo seguem o CPC 46, aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19, segregando os Instrumentos Financeiros em três diferentes níveis, conforme segue:

- **Nível 1:** Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.
- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

#### **g) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito**

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8d – Composição da carteira por níveis de risco.

#### **h) Cessão de crédito**

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

**i) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

**j) Imobilizado**

Inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, calculada basicamente utilizando-se as taxas de depreciação apuradas com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos.

**k) Ativo intangível**

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

**l) Ativos e obrigações fiscais**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 foram calculados pela aplicação da alíquota de 20% da contribuição social para o CCB Brasil, considerando que a realização ou liquidação se dará na vigência da nova alíquota.

**m) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

**n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**o) Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

**p) Resultado por ação**

O resultado por ação básico apurado segundo CPC 41 Resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do CCB pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias recompradas mantidas em tesouraria. O resultado por ação diluído não difere do resultado por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Disponibilidades	139.184	93.818
Aplicações no mercado aberto	2.083.998	229.999
Aplicações em moedas estrangeiras	337.038	262.998
<b>Total</b>	<b>2.560.220</b>	<b>586.815</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Representados por aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos estão demonstrados abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Até 1 ano (Circulante)	5.436	5.449

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**a) Política de atuação**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	30/06/2020						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>3.473.417</b>	<b>138.951</b>	<b>3.612.368</b>	<b>1.183.939</b>	<b>4.796.307</b>	<b>4.796.339</b>	<b>4.796.307</b>
Carteira própria (*)	989.154	138.951	1.128.105	138.873	1.266.978	1.266.978	1.266.978
Letras Financeiras Tesouro	989.154	138.951	1.128.105	138.873	1.266.978	1.266.978	1.266.978
Vinculados a operações compromissadas	2.445.609	-	2.445.609	1.024.706	3.470.315	3.470.356	3.470.315
Letras Financeiras Tesouro	2.445.609	-	2.445.609	1.024.706	3.470.315	3.470.356	3.470.315
Vinculados a prestação de garantias (**)	38.654	-	38.654	20.360	59.014	59.007	59.014
Letras Financeiras Tesouro	38.654	-	38.654	20.360	59.014	59.007	59.014
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>82.734</b>	<b>82.734</b>	<b>-</b>	<b>82.734</b>	<b>82.734</b>	<b>82.734</b>
Carteira própria	-	82.734	82.734	-	82.734	82.734	82.734
Cotas – FIDC	-	82.734	82.734	-	82.734	82.734	82.734
<b>Total</b>	<b>3.473.417</b>	<b>221.685</b>	<b>3.695.102</b>	<b>1.183.939</b>	<b>4.879.041</b>	<b>4.879.073</b>	<b>4.879.041</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 44.365 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 14.201 referente a processos judiciais e R\$ 448 referente outras garantias.

	31/12/2019						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total circulante	Total não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>6.743</b>	<b>3.413.283</b>	<b>3.420.026</b>	<b>1.300.265</b>	<b>4.720.291</b>	<b>4.719.847</b>	<b>4.720.291</b>
Carteira própria (*)	136	616.994	617.130	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262
Letras Financeiras Tesouro	136	616.994	617.130	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262
Vinculados a operações compromissadas	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982
Letras Financeiras Tesouro	6.607	2.758.304	2.764.911	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	37.985	37.985	2.062	40.047	40.047	40.047
Letras Financeiras Tesouro	-	37.985	37.985	2.062	40.047	40.047	40.047
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81.088</b>	<b>81.088</b>	<b>81.088</b>	<b>81.088</b>
Carteira própria	-	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088
Cotas – FIDC	-	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Total</b>	<b>6.743</b>	<b>3.413.283</b>	<b>3.420.026</b>	<b>1.381.353</b>	<b>4.801.379</b>	<b>4.800.935</b>	<b>4.801.379</b>
--------------	--------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 25.651 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 13.956 referente a processos judiciais e R\$ 440 referente outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

## 7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realiza a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

### b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

### c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2020 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

#### e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

#### f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2020), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2020 apresentam as seguintes características:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
<b>Contratos de Swap</b>											
Mercado Interfinanceiro	365	1.457	1.822	-	245	245	220.478	(713.603)	(493.125)	(12.779)	(505.904)
Moeda Estrangeira	24.196	111.326	135.522	93.722	69.509	163.231	(231.855)	642.163	410.308	12.109	422.417
Pré	130	-	130	-	-	-	11.377	71.440	82.817	670	83.487
<b>Subtotal</b>	<b>24.691</b>	<b>112.783</b>	<b>137.474</b>	<b>93.722</b>	<b>69.754</b>	<b>163.476</b>					
Ajuste ao Valor de Mercado	(4.649)	3.829	(820)	(3.233)	551	(2.682)	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.042</b>	<b>116.612</b>	<b>136.654</b>	<b>90.489</b>	<b>70.305</b>	<b>160.794</b>					
<b>Contratos de Termo/NDF</b>											
Compra de Termo/NDF	48.520	6.086	54.606	6.375	-	6.375	477.247	329.910	807.157	60.784	867.941
Venda de Termo/NDF	5.545	-	5.545	7.658	-	7.658	(427.575)	(69.410)	(496.985)	-	(496.985)
<b>Subtotal</b>	<b>54.065</b>	<b>6.086</b>	<b>60.151</b>	<b>14.033</b>	<b>-</b>	<b>14.033</b>					
<b>Total</b>	<b>74.107</b>	<b>122.698</b>	<b>196.805</b>	<b>104.522</b>	<b>70.305</b>	<b>174.827</b>					
<b>Contratos Futuros (*)</b>											
Compra – Mercado Interfinanceiro	68	-	68	-	-	-	188.421	247.492	435.913	57.492	493.405
Venda – Mercado Interfinanceiro	1	-	1	951	-	951	(189.984)	(420.483)	(610.467)	(1.228.994)	(1.839.461)
Compra – DDI – Cupom Cambial	1.259	-	1.259	385	-	385	279.693	754.184	1.033.877	-	1.033.877
Venda – DDI – Cupom Cambial	500	-	500	7	-	7	(681.073)	(180.576)	(861.649)	(66.733)	(928.382)
Compra – Moeda Estrangeira	26	-	26	1.873	-	1.873	769.837	-	769.837	-	769.837
Venda – Moeda Estrangeira	824	-	824	762	-	762	(1.545.681)	-	(1.545.681)	-	(1.545.681)
<b>Total</b>	<b>2.678</b>	<b>-</b>	<b>2.678</b>	<b>3.978</b>	<b>-</b>	<b>3.978</b>					

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (Nota 19).

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
<b>Contratos de Swap</b>											
Mercado Interfinanceiro	5.265	2.181	7.446	-	2.130	2.130	83.471	(132.377)	(48.906)	(19.977)	(68.883)
Moeda Estrangeira	374.890	30.783	405.673	3.048	4.326	7.374	(187.454)	97.838	(89.616)	19.977	(69.639)
Pré	2.048	1.431	3.479	-	1.371	1.371	103.983	34.539	138.522	-	138.522
<b>Subtotal</b>	<b>382.203</b>	<b>34.395</b>	<b>416.598</b>	<b>3.048</b>	<b>7.827</b>	<b>10.875</b>					
Ajuste ao Valor de Mercado	5.515	2.773	8.288	148	95	243					
<b>Total</b>	<b>387.718</b>	<b>37.168</b>	<b>424.886</b>	<b>3.196</b>	<b>7.922</b>	<b>11.118</b>					
<b>Contratos de Termo/NDF</b>											
Compra de Termo/NDF	60	-	60	3.405	136	3.541	53.978	66.747	120.725	7.029	127.754
Venda de Termo/NDF	179	-	179	231	-	231	(26.231)	(28.864)	(55.095)	-	(55.095)
<b>Subtotal</b>	<b>239</b>	<b>-</b>	<b>239</b>	<b>3.636</b>	<b>136</b>	<b>3.772</b>					
<b>Total</b>	<b>387.957</b>	<b>37.168</b>	<b>425.125</b>	<b>6.832</b>	<b>8.058</b>	<b>14.890</b>					
<b>Contratos Futuros (*)</b>											
Compra – Mercado Interfinanceiro	4	-	4	1	-	1	-	75.575	75.575	10.896	86.471
Venda – Mercado Interfinanceiro	9	-	9	753	-	753	(96.998)	(783.356)	(880.354)	(1.007.887)	(1.888.241)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	-	1.697	-	1.697	173.774	81.114	254.888	-	254.888

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Venda – DDI – Cupom											
Cambial	418	-	418	-	-	-	-	(49.746)	(49.746)	(9.752)	(59.498)
Compra – Moeda											
Estrangeira	-	-	-	4.493	-	4.493	-	659.681	659.681	-	659.681
Venda – Moeda											
Estrangeira	5.725	-	5.725	1	-	1	-	(848.814)	(848.814)	-	(848.814)
<b>Total</b>	<b>6.156</b>	<b>-</b>	<b>6.156</b>	<b>6.945</b>	<b>-</b>	<b>6.945</b>					

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (Nota 19).

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	30/06/2020		31/12/2019	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
LFT	01/09/2020	44.365	44.365	25.651	25.651

**g) Hedge accounting**
**Operação de Crédito Pessoas Físicas**

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações contábeis consolidadas.

	30/06/2020	Objeto de Hedge		Valor da Inefitividade	Instrumento de Hedge	
		Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Varição no valor reconhecido no resultado
		Ativos	Ativos			
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Operações de Credito		1.607.261	1.723.475	10.001	1.672.166	106.213
<b>Total</b>		<b>1.607.261</b>	<b>1.723.475</b>	<b>10.001</b>	<b>1.672.166</b>	<b>106.213</b>

  

	31/12/2019	Objeto de Hedge		Valor da Inefitividade	Instrumento de Hedge	
		Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Varição no valor reconhecido no resultado
		Ativos	Ativos			
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Operações de Credito		1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112
<b>Total</b>		<b>1.337.367</b>	<b>1.439.810</b>	<b>10.331</b>	<b>1.660.140</b>	<b>92.112</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 8. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

### a) Diversificação por tipo de operação

	30/06/2020	31/12/2019
Capital de giro e descontos	4.248.602	3.086.220
Financiamentos a exportação	3.074.117	2.056.261
Crédito pessoal consignado	2.522.624	2.553.281
Financiamentos a importação	515.079	310.159
Financiamentos rurais e agroindustriais	441.972	521.873
Financiamentos de veículos	89.951	65.079
Fiança Honrada	72.236	16.789
Devedores por compra de valores e bens	45.312	54.807
Outros	224.528	336.617
<b>Operações de crédito</b>	<b>11.234.421</b>	<b>9.001.086</b>
Operações de Arrendamento Mercantil	85.515	88.748
<b>Total de operações de crédito e arrendamento mercantil</b>	<b>11.319.936</b>	<b>9.089.834</b>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	1.573.939	1.491.412
<b>TOTAL</b>	<b>12.893.875</b>	<b>10.581.246</b>

(\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Passivo - Operações de câmbio” (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Ativo - Operações de câmbio”.

### b) Diversificação por setor de atividade

	30/06/2020	31/12/2019
<b>Setor Privado</b>	<b>10.303.791</b>	<b>7.924.450</b>
Indústria	4.361.365	3.328.507
Outros serviços	3.123.197	2.409.898
Comércio	2.497.855	1.958.223
Agronegócio	321.374	227.822
<b>Pessoas físicas</b>	<b>2.590.084</b>	<b>2.656.796</b>
<b>Total</b>	<b>12.893.875</b>	<b>10.581.246</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Diversificação por prazos – por parcela

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Vencidos a partir de 15 dias	132.894	1,03	124.126	1,17
Até 03 meses	2.896.413	22,46	2.539.028	24,00
De 03 meses até 01 ano	5.333.144	41,36	3.818.834	36,09
<b>Total Circulante</b>	<b>8.362.451</b>	<b>64,86</b>	<b>6.481.988</b>	<b>61,26</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.531.424</b>	<b>35,14</b>	<b>4.099.258</b>	<b>38,74</b>
<b>Total</b>	<b>12.893.875</b>	<b>100</b>	<b>10.581.246</b>	<b>100</b>

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	30/06/2020			31/12/2019		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.478.008	26,98	-	3.184.922	30,10	-
A	4.407.515	34,18	22.037	4.485.503	42,39	22.427
B	2.976.176	23,08	29.762	2.281.420	21,56	22.814
C	1.546.845	12,00	46.405	98.457	0,93	2.953
D	1.899	0,01	190	2.036	0,02	204
E	745	0,01	224	6.140	0,06	1.842
F	22.402	0,17	11.201	11.071	0,10	5.536
G	51.229	0,40	35.860	52.501	0,50	36.751
H	409.056	3,17	409.056	459.196	4,34	459.196
<b>Total</b>	<b>12.893.875</b>	<b>100</b>	<b>554.735</b>	<b>10.581.246</b>	<b>100</b>	<b>551.723</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	394.604	3,06	289.093	2,73
10 Maiores devedores	2.289.259	17,75	2.046.675	19,34
100 Maiores devedores	7.847.350	60,86	6.471.036	61,16

f) Cessão de crédito

f1) Cessão de crédito interbancário

Em períodos anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. As referidas cessões estão classificadas na categoria de “operações com retenção substancial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

de risco e benefícios” e apresentam o saldo de R\$ 77.528 (Dezembro/19 – R\$ 101.332), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 83.663 (Dezembro/19 – R\$ 109.662). A despesa das obrigações vinculadas registrada no exercício foi de R\$ 9.918 (Junho/19 receita de R\$ 16.845), decorrentes da apropriação “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

## 9. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	2.015.981	1.484.340
Direitos sobre vendas de câmbio	239.497	11.719
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	24.141	13.462
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(2.768)	(2.566)
<b>Total</b>	<b>2.276.851</b>	<b>1.506.955</b>
Circulante	2.276.851	1.506.955
<b>Total</b>	<b>2.276.851</b>	<b>1.506.955</b>
	30/06/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>		
Obrigações por compras de câmbio	1.781.456	1.484.093
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.549.798)	(1.477.950)
Câmbio vendido a liquidar	244.595	11.625
Rendas a apropriar de valores concedidos	27	-
<b>Total</b>	<b>476.280</b>	<b>17.768</b>
Circulante	476.280	17.768
<b>Total</b>	<b>476.280</b>	<b>17.768</b>

## 10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	30/06/2020	31/12/2019
Devedores por depósitos em garantia (nota 21d)	434.913	443.444
Rendas a receber	18.914	16.411
Sem características de concessão de crédito	6.785	11.783
Negociação e intermediação de valores (*)	2.678	6.155
<b>Total</b>	<b>463.290</b>	<b>477.793</b>
Circulante	12.171	22.555
Não Circulante	451.119	455.238
<b>Total</b>	<b>463.290</b>	<b>477.793</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(\*) Inclui R\$ 42 de Outras comissões a pagar (Dezembro/19 – R\$ 12).

## 11. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2020 a carteira de contratos renegociados representa o montante de R\$ 485.852 (Dezembro/19 – R\$ 516.695). O saldo de recuperação de contratos em prejuízo é de R\$ 15.783 (Junho/19 – R\$ 14.319).

	30/06/2020	30/06/2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>551.723</b>	<b>539.934</b>
Constituição/ reversão de provisão para créditos do semestre	192.783	38.871
<b>Subtotal</b>	<b>744.506</b>	<b>578.805</b>
Baixas para prejuízo	(189.771)	(87.822)
<b>Saldo final</b>	<b>554.735</b>	<b>490.983</b>
Recuperação de créditos baixados	15.783	14.319
Percentual da provisão sobre carteira	4,30	5,93
Circulante	222.876	178.536
Não Circulante	331.859	312.447
<b>Saldo final</b>	<b>554.735</b>	<b>490.983</b>

Em 30 de junho de 2020 o saldo de provisão para os créditos renegociados foi de R\$ 234.087 (Junho/19 – R\$ 269.684).

## 12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	30/06/2020	31/12/2019
Imóveis	316.411	351.306
Máquinas e equipamentos	18.099	27.114
Veículos e afins	8.755	13.559
Outros	629	629
<b>Subtotal</b>	<b>343.894</b>	<b>392.608</b>
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(145.123)	(157.382)
<b>Total</b>	<b>198.771</b>	<b>235.226</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 13. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no semestre:

	31/12/2019	Realizações	Adições	Baixa Res. nº 3.059/02	30/06/2020
<b>Descrição</b>					
<b>Imposto de Renda</b>					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	225.836	(20.840)	54.798	-	259.794
Provisão para desvalorização de bens não de uso	39.452	(11.976)	838	(12.703)	15.611
Provisão para contingências e outras	276.054	(35.124)	34.092	(19.160)	255.862
<b>Subtotal</b>	<b>541.342</b>	<b>(67.940)</b>	<b>89.728</b>	<b>(31.863)</b>	<b>531.267</b>
Prejuízo fiscal	202.195	(9.942)	1.493	(185.078)	8.668
<b>Subtotal – Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>743.537</b>	<b>(77.882)</b>	<b>91.221</b>	<b>(216.941)</b>	<b>539.935</b>
<b>Contribuição Social</b>					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	174.547	(13.516)	42.109	-	203.140
Provisão para desvalorização de bens não de uso	31.145	(9.277)	503	(10.161)	12.210
Provisão para contingências e outras	219.051	(28.028)	26.954	(15.330)	202.647
<b>Subtotal</b>	<b>424.743</b>	<b>(50.821)</b>	<b>69.566</b>	<b>(25.491)</b>	<b>417.997</b>
Base negativa da CSLL acumulada	150.045	(889)	8.745	(151.749)	6.152
<b>Subtotal – Crédito Tributário CSLL</b>	<b>574.788</b>	<b>(51.710)</b>	<b>78.311</b>	<b>(177.240)</b>	<b>424.149</b>
<b>Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>1.318.325</b>	<b>(129.592)</b>	<b>169.532</b>	<b>(394.181)</b>	<b>964.084</b>

Além das baixas mencionadas acima, o CCB Brasil não registrou novos créditos tributários decorrentes diferenças temporárias no montante de R\$ 43.075, por não haver, segundo estimativas, capacidade de geração de resultados fiscais positivos nos próximos dez anos suficientes para absorver tais créditos.

	31/12/2018	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 5%	30/06/2019
<b>Descrição</b>					
<b>Imposto de Renda</b>					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	181.872	(18.523)	22.897	-	186.246
Provisão para desvalorização de bens não de uso	40.872	(1.823)	1.162	-	40.211
Provisão para contingências e outras	267.692	(33.768)	44.220	-	278.144
<b>Subtotal</b>	<b>490.436</b>	<b>(54.114)</b>	<b>68.279</b>	<b>-</b>	<b>504.601</b>
Prejuízo fiscal	217.011	(2.554)	5.831	-	220.288
<b>Subtotal – Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>707.447</b>	<b>(56.668)</b>	<b>74.110</b>	<b>-</b>	<b>724.889</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**Contribuição Social**

Provisão para perda esperada ao risco de crédito	109.123	11.580	15.643	(1.436)	111.750
Provisão para desvalorização de bens não de uso	24.524	1.458	927	133	24.126
Provisão para contingências e outras	160.616	26.950	62.195	(28.976)	166.885
<b>Subtotal</b>	<b>294.263</b>	<b>(39.988)</b>	<b>78.765</b>	<b>(30.279)</b>	<b>302.761</b>
Base negativa da CSLL acumulada	132.993	(6.061)	3.498	-	130.430
<b>Subtotal – Crédito Tributário CSLL</b>	<b>427.256</b>	<b>(46.049)</b>	<b>82.263</b>	<b>(30.279)</b>	<b>433.191</b>
<b>Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>1.134.703</b>	<b>(102.717)</b>	<b>156.373</b>	<b>(30.279)</b>	<b>1.158.080</b>

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										30/06/2020	31/12/2019
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	Total
<b>Valor Projetado</b>	8.385	117.815	209.238	165.060	73.211	15.019	10.785	11.057	10.785	342.729	<b>964.084</b>	<b>1.318.325</b>
<b>Valor Presente (*)</b>	8.292	113.948	197.916	152.694	66.235	13.289	9.333	9.358	8.926	277.428	<b>857.419</b>	<b>1.018.520</b>
<b>% Realização</b>	0,9%	12,2%	21,7%	17,1%	7,6%	1,6%	1,1%	1,1%	1,1%	35,6%	<b>100,0%</b>	

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Desta forma, não obstante a baixa de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 336.827 no Consolidado, além da baixa de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$ 57.354, totalizando R\$ 394.181, a exemplo de exercícios anteriores, antes do encerramento do exercício de 2020, a Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Banco possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos.

Diante do exposto, o Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 1.252.931 (Dezembro – R\$ 773.991),

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

além de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias no montante de R\$ 100.429, para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

**b) Crédito presumido**

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2020 o Banco recuperou R\$ 96 (Junho/19 – R\$ 262), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 43 (Dezembro/19 - R\$ 9.459), foram registrados em Obrigações fiscais, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2014	2015	2016	30/06/2020	31/12/2019
<b>Crédito Presumido Constituído</b>	78.983	107.450	194.229	380.662	380.662
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	(8.998)	(24.583)	(48.601)	(82.182)	(82.139)

**c) Passivo fiscal diferido**

	31/12/2019	Varição no PL	Varição no Resultado	30/06/2020
<b>Imposto de Renda</b>				
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	112.373	-	11.123	123.496
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.257	-	1.116	20.373
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.692	(112)	1.759	4.339
Hedge Accounting	25.611	-	3.442	29.053
Superveniência de Depreciação	2.982	-	1.016	3.998
<b>Subtotal Imposto de Renda</b>	<b>162.915</b>	<b>(112)</b>	<b>18.456</b>	<b>181.259</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	89.898	-	8.898	98.796

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Atualização monetária de depósitos judiciais	15.365	-	892	16.257
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.132	(65)	1.406	3.473
Hedge Accounting	20.489	-	2.754	23.243
<b>Subtotal Contribuição Social</b>	<b>127.884</b>	<b>(65)</b>	<b>13.950</b>	<b>141.769</b>
<b>Total Passivo diferido</b>	<b>290.799</b>	<b>(177)</b>	<b>32.406</b>	<b>323.028</b>
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13	82.139	-	43	82.182
<b>Total</b>	<b>372.938</b>	<b>(177)</b>	<b>32.449</b>	<b>405.210</b>

	31/12/2018	Varição no PL	Varição no Resultado	Reclassificação	30/06/2019
<b>Imposto de Renda</b>					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	99.648	-	3.705	-	103.353
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.685	-	1.963	-	17.648
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	17.606	42.305	7.649	-	67.560
Hedge Accounting	13.955	-	(3.789)	-	10.166
Superveniência de Depreciação	4.793	-	(2.701)	-	2.092
<b>Subtotal Imposto de Renda</b>	<b>151.687</b>	<b>42.305</b>	<b>6.827</b>	<b>-</b>	<b>200.819</b>
<b>Contribuição Social</b>					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	59.788	-	2.224	-	62.012
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.411	-	1.178	-	10.589
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	10.565	24.829	4.588	-	39.982
Hedge Accounting	8.373	-	(2.273)	-	6.100
<b>Subtotal Contribuição Social</b>	<b>88.137</b>	<b>24.829</b>	<b>5.717</b>	<b>-</b>	<b>118.683</b>
<b>Total Passivo diferido</b>	<b>239.824</b>	<b>67.134</b>	<b>12.544</b>	<b>-</b>	<b>319.502</b>
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/13	-	-	43	72.743	72.786
<b>Total</b>	<b>239.824</b>	<b>67.134</b>	<b>12.587</b>	<b>72.743</b>	<b>392.288</b>

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	30/06/2020		30/06/2019	
	IR	CS	IR	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(105.823)</b>	<b>(105.823)</b>
(-) Juros sobre o capital próprio pagos <sup>(1)</sup>	-	-	(6.000)	(6.000)
(+) Juros sobre o capital próprio recebidos <sup>(2)</sup>	-	-	6.000	(6.000)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(125.196)</b>	<b>(105.823)</b>	<b>(105.823)</b>
Adições temporárias	435.935	435.935	259.964	259.964
Adições permanentes <sup>(3)</sup>	52.594	52.594	80.107	80.107
Exclusões	(670.494)	(666.431)	(376.531)	(376.531)



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

<b>Prejuízo fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(307.161)</b>	<b>(303.098)</b>	<b>(142.283)</b>	<b>(142.283)</b>
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	321.664	317.601	115.975	134.841
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(4.274)	(4.274)	-	-
<b>Lucro / Prejuízo fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>10.229</b>	<b>10.229</b>	<b>(26.308)</b>	<b>(7.442)</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	1.539	1.540	1.972	350
Adicional de 10% de IR	999	-	1.292	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>2.538</b>	<b>1.540</b>	<b>3.264</b>	<b>350</b>
<b>Conciliação do resultado</b>				
Impostos correntes	2.538	1.540	3.264	350
Imposto de Renda e CSLL Diferido	18.480	13.969	6.853	5.733
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>21.018</b>	<b>15.509</b>	<b>10.117</b>	<b>6.083</b>
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(89.721)	(69.559)	(68.279)	(48.486)
Constituição de crédito tributário (s/ prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(1.494)	(286)	-	-
Baixa de créditos tributários. Resol. nº 3.059/02	216.941	177.240	2.554	1.532
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	68.557	51.186	56.945	41.686
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	(5.831)	(3.498)
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>194.283</b>	<b>158.581</b>	<b>(14.611)</b>	<b>(8.766)</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>215.301</b>	<b>174.090</b>	<b>(4.494)</b>	<b>(2.683)</b>

<sup>(1)</sup> A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 2º, os valores relativos à remuneração do capital, declarada ou proposta, devem ser reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas.

<sup>(2)</sup> A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, artigo 4º, a remuneração de capital auferida de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deve ser reconhecida no ativo, em contrapartida ao respectivo investimento.

<sup>(3)</sup> O valor das adições permanentes contempla R\$ 6.000 recebidos a título de Juros sobre Capital Próprio da CCB Brasil Arrendamento S.A..

#### 14. OUTROS ATIVOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pagamentos a ressarcir	30.727	31.429
Devedores diversos no país	21.788	19.339
Relações interfinanceiras	12.671	4.770
Outros	7.601	28.050
<b>Total</b>	<b>72.787</b>	<b>83.588</b>
Circulante	42.060	52.159
Não Circulante	30.727	31.429
<b>Total</b>	<b>72.787</b>	<b>83.588</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 15. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2020					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03	Total Circulante	Não Circulante	Total
			meses a 01 ano			
Depósitos a vista	131.215	-	-	131.215	-	131.215
Depósitos de poupança	2.935	-	-	2.935	-	2.935
Depósitos interfinanceiras	-	202.946	8.052	210.998	23.677	234.675
Depósitos a prazo (*)	-	791.749	2.004.469	2.796.218	2.851.531	5.647.749
Obrigações por operações compromissadas	-	4.723.203	64.857	4.788.060	-	4.788.060
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	2.301	2.791	5.092	-	5.092
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	134.500	76.544	211.044	25.341	236.386
Letra financeira - LF	-	81.415	809.282	890.697	229.033	1.119.730
<b>Total</b>	<b>134.150</b>	<b>5.936.114</b>	<b>2.965.995</b>	<b>9.036.259</b>	<b>3.129.583</b>	<b>12.165.842</b>

	31/12/2019					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03	Total Circulante	Não Circulante	Total
			meses a 01 ano			
Depósitos a vista	86.583	-	-	86.583	-	<b>86.583</b>
Depósitos de poupança	2.977	-	-	2.977	-	<b>2.977</b>
Depósitos interfinanceiros	-	143.323	179.133	322.456	17.772	<b>340.228</b>
Depósitos a prazo (*)	-	456.183	1.417.360	1.873.543	1.286.802	<b>3.160.345</b>
Obrigações por operações compromissadas	-	-	2.744.613	2.744.613	858.913	<b>3.603.526</b>
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	12.934	8.345	21.279	703	<b>21.982</b>
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	203.658	373.095	576.753	33.545	<b>610.298</b>
Letra financeira - LF	-	22.553	404.588	427.141	327.484	<b>754.625</b>
<b>Total</b>	<b>89.560</b>	<b>838.651</b>	<b>5.127.134</b>	<b>6.055.345</b>	<b>2.525.219</b>	<b>8.580.564</b>

### 16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,79% a.a. (Dezembro/19 – 3,06% a.a.).

Os repasses do país são representados substancialmente por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 1 mês	de 01 mês a 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	30/06/2020	31/12/2019
Repasse país - Instituições oficiais	-	49.986	23.305	73.291	17.039	90.330	223.975
No exterior	1.165.961	636.984	4.375.000	6.177.945	53.439	6.231.384	4.574.057
Empréstimo com a matriz	926.452	278.808	4.314.640	5.519.900	-	5.519.900	3.812.733
Empréstimos com a matriz – vinculados (*)	-	-	13.198	13.198	52.129	65.327	52.217
Demais empréstimos no exterior <sup>(1)</sup>	239.509	358.176	47.162	644.847	1.310	646.157	709.107
<b>Total geral em 30 de junho 2020</b>	<b>1.165.961</b>	<b>686.970</b>	<b>4.398.305</b>	<b>6.251.236</b>	<b>70.478</b>	<b>6.321.714</b>	<b>-</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>549.694</b>	<b>159.013</b>	<b>3.993.263</b>	<b>4.701.970</b>	<b>96.061</b>	<b>-</b>	<b>4.798.031</b>

<sup>(1)</sup> As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no curto prazo por motivo de desenquadramento de indicadores.

(\*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - Compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - Prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - Postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e
- VII - Não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Em 30 de junho de 2020 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 559.310 (Dezembro/19 – R\$ 501.709), e o saldo das operações ativas é de R\$ 486.485 (Dezembro/19 – R\$ 473.046), sendo que R\$ 305.375 (Dezembro/19 – R\$ 291.483), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a Administração retificou o saldo do grupo “Empréstimos no

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Exterior” pelo montante de R\$ 493.983 (Dezembro/19 – R\$ 449.492), sendo R\$ 44.492 (Junho/19 – R\$ 14.822) em contrapartida ao resultado do semestre, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

## 17. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Captção	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	30/06/2020	31/12/2019
Dívida Perpétua							
Nível I	US\$ 70.000	29/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	398.653	282.149
Dívida Subordinada							
Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	557.566	410.406
<b>Total</b>						<b>956.219</b>	<b>692.555</b>

  

	30/06/2020	31/12/2019
Não Circulante	956.219	692.555
<b>Total</b>	<b>956.219</b>	<b>692.555</b>

- **EMTN NÍVEL I US\$ 70 MM**

Os papéis tiveram emissão privada em 2016 com caráter de perpetuidade em conformidade com o previsto no artigo 17 da Resolução nº 4.192/13, para compor capital do CCB Brasil e foram adquiridos pelo próprio grupo CCB. Atualmente compõem integralmente o capital de nível 1.

- **EMTN NÍVEL II US\$ 100 MM**

Os papéis de emissão privada em 2015 com prazo de dez anos, para compor capital de nível 2, e adquiridos pelo próprio grupo CCB, estão integralmente compondo o capital de nível 2. A partir de dezembro 2020 será aplicada redução anual e gradual de 20% pela aproximação com a data de vencimento, conforme previsto no artigo 27 da Circular Bacen nº 4.192/13.

## 18. DÍVIDA SUBORDINADA

Estava representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captção	Valor de Emissão - Moeda original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão - Moeda nacional	Tx Juros (a.a.)	30/06/2020	31/12/2019
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	R\$ 529.153	8,50%	-	1.110.499
<b>Total</b>						<b>-</b>	<b>1.110.499</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	-	1.110.499
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.110.499</b>

#### 19. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Negociações e intermediações de valores	4.020	6.957
<b>Total</b>	<b>4.020</b>	<b>6.957</b>
Circulante	4.020	6.957
<b>Total</b>	<b>4.020</b>	<b>6.957</b>

#### 20. PROVISÕES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisões para contingências (nota 21d)	1.007.193	988.278
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 22)	25.036	13.101
Outras	53.772	53.133
<b>Total</b>	<b>1.086.001</b>	<b>1.054.512</b>
Não Circulante	1.086.001	1.054.512
<b>Total</b>	<b>1.086.001</b>	<b>1.054.512</b>

#### 21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

##### a) Ativos contingentes

Em 29 de dezembro de 2016, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante USD 70 milhões, com incidência de juros de 8% ao ano, devidos anualmente, no dia 30 de dezembro de cada ano, podendo este pagamento ser suspenso caso os juros excedam os rendimentos dos lucros distribuíveis e das reservas de lucro acumuladas, sendo que a referida suspensão pelo não atendimento destas condições, não se acumulam para períodos subsequentes e os montantes não pagos deixam de ser devidos. Desde a emissão do Bônus Perpétuo, foram realizados três pagamentos no valor total de US\$ 16.800 referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, apesar das condições mínimas relacionadas a lucratividade não terem sido atendidas, dado que o Banco apresentou prejuízo nos três em que houveram pagamentos de remuneração.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

Desta forma, a Administração do CCB Brasil está tomando as devidas providências para obter ressarcimento destes valores e avalia ser provável a recuperação destes montantes mediante reembolso por parte dos beneficiários. Consequentemente, dado que até a presente data não se pode afirmar que é praticamente certo (patamar de probabilidade muito próximo, por não dizer igual, a 100%) que um benefício econômico fluirá para o CCB Brasil decorrente desse ressarcimento, esse ativo não reúne, ainda, as condições previstas no pronunciamento CPC 25 para seu reconhecimento nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020.

**b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais**

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

**COFINS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 562.866 (Dezembro/19 – R\$ 557.244): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 31.781 (Dezembro/19 – R\$ 31.381).

**PIS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 89.396 (Dezembro/19 – R\$ 88.503): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 107.907 (Dezembro/19 – R\$ 106.393).

**PDD / 94** – valor envolvido R\$ 26.625 (Dezembro/19 – R\$ 26.357): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**PIS - Emenda Constitucional nº 10/96** – valor envolvido R\$ 19.134 (Dezembro/19 – R\$ 18.925): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** – valor envolvido R\$ 1.355 (Dezembro/19 – R\$ 1.336): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**Processos trabalhistas**

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 113.384 (Dezembro/19 – R\$ 86.757). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

**Processos cíveis**

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 194.433 (Dezembro/19 – R\$ 235.513). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

**c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

**ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** – valor envolvido R\$ 23.430 (Dezembro/19 – R\$ 23.094): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** – valor envolvido R\$ 14.366 (Dezembro/19 – R\$ 14.229): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39º da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**IRPJ / 2008** – valor envolvido R\$ 20.324 (Dezembro/19 – R\$ 20.071): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33º da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

**INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 126.301 (Dezembro/19 – R\$ 124.376): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

**IRPJ/CSLL** – valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/19 – R\$ 168.154): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

**Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** – valor envolvido R\$ 1.505 (Dezembro/19 – R\$ 1.485): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

**IOF sobre Cessão de Crédito** – valor envolvido R\$ 2.615 (Dezembro/19 – R\$ 2.578): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

**Compensação Não Homologada** - valor envolvido R\$ 4.443 (Dezembro/19 – R\$ 4.388): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

**Processos trabalhistas**

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 14.855 (Dezembro/19 – R\$ 12.019). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

**Processos cíveis**

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 262.501 (Dezembro/19 – R\$ 229.628). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

**d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais**

Descrição	31/12/2019	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2020
Cíveis (*)	235.513	36.926	(68.883)	5.909	(15.032)	194.433
Trabalhistas	86.757	29.449	(475)	-	(2.347)	113.384
<b>Subtotal</b>	<b>322.270</b>	<b>66.375</b>	<b>(69.358)</b>	<b>5.909</b>	<b>(17.379)</b>	<b>307.817</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>Baixa</b>	<b>30/06/2020</b>
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	18.925	-	-	209	-	19.134
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	88.503	-	-	893	-	89.396
IRPJ / CSLL PDD 1994	-	26.625	-	-	-	26.625
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	557.244	-	-	5.622	-	562.866
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.336	-	-	19	-	1.355



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Subtotal	666.008	26.625	-	6.743	-	699.376
<b>Total</b>	<b>988.278</b>	<b>93.000</b>	<b>(69.358)</b>	<b>12.652</b>	<b>(17.379)</b>	<b>1.007.193</b>

(\*) Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco reverteu provisão para contingência relacionada a garantia prestada no montante de R\$ 68.314, que devido a decisão desfavorável, e consequentemente pagamento, foi reclassificada para carteira de crédito como garantia honrada, totalmente provisionada segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 (nota 8a).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 434.913, sendo R\$ 97.317 – processos Cíveis, R\$ 19.939 – processos Trabalhistas e R\$ 317.657 – processos Fiscais.

Descrição	31/12/2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	30/06/2019
Cíveis	168.119	66.897	(2.390)	4.687	(15.918)	221.395
Trabalhistas	58.884		(251)	4.379	(4)	63.008
<b>Subtotal</b>	<b>227.003</b>	<b>66.897</b>	<b>(2.641)</b>	<b>9.066</b>	<b>(15.922)</b>	<b>284.403</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>Baixa</b>	<b>30/06/2019</b>
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	18.275	-	-	336	-	18.611
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	85.731	-	-	1.430	-	87.161
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.751	-	-	9.027	-	548.778
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.272	-	-	38	-	1.310
<b>Subtotal</b>	<b>645.029</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.831</b>	<b>-</b>	<b>655.860</b>
<b>Total</b>	<b>872.032</b>	<b>66.897</b>	<b>(2.641)</b>	<b>19.897</b>	<b>(15.922)</b>	<b>940.263</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Instrumentos Financeiros - Ativo) um total de R\$ 445.132, sendo R\$ 120.135 – processos Cíveis, R\$ 26.923 – processos Trabalhistas e R\$ 298.074 – processos Fiscais.

## 22. AVAIS E FIANÇAS

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	734.083	24.590	768.907	12.657
Fianças pagamentos	502.238	336	503.970	337
Fianças performance	106.368	110	103.184	107
Fianças bancárias	43.976	-	43.101	-
Outras fianças	16.665	-	27.773	-
<b>Total</b>	<b>1.403.330</b>	<b>25.036</b>	<b>1.446.935</b>	<b>13.101</b>
Circulante	1.403.330	25.036	1.446.935	13.101
<b>Total</b>	<b>1.403.330</b>	<b>25.036</b>	<b>1.446.935</b>	<b>13.101</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 72.236 (Dezembro/19 – R\$ 16.789) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 8a).

### 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2020	31/12/2019
Credores diversos - pais	50.922	63.861
Sociais e estatutárias	27.236	27.354
Relações interdependências	26.114	66.006
Resultados de exercícios futuros	17.748	20.600
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	596	420
Valores a pagar a sociedades ligadas	92	103
Relações interfinanceiras	14	-
<b>Total</b>	<b>122.722</b>	<b>178.344</b>
Circulante	122.722	178.344
<b>Total</b>	<b>122.722</b>	<b>178.344</b>

### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

#### a) Capital Social

Acionista	30/06/2020			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
<b>Total de ações</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>
<b>Total em Reais</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>

#### b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2020 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/19 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/19 – R\$ 55.105).

#### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

e) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado através da divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado de forma similar ao prejuízo básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	<b>(523.162)</b>	<b>(107.734)</b>
Ordinárias	(338.600)	(69.727)
Preferenciais	(184.562)	(38.007)
Quantidade média ponderada de ações	<b>459.232.948</b>	<b>459.232.948</b>
Ordinárias	297.223.908	297.223.908
Preferenciais	162.009.040	162.009.040
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)</b>	<b>(1,14)</b>	<b>(0,23)</b>

25. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Disponibilidades em moedas estrangeiras</b>	<b>3.289</b>	<b>16.680</b>	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	3.289	16.680	-	-
<b>Cotas de Fundo de Investimentos</b>	<b>82.734</b>	<b>81.088</b>	<b>1.646</b>	<b>1.850</b>
FIDC Brasilfactors (b)	82.734	81.088	1.646	1.850
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(744)</b>	<b>(660)</b>	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(6)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(11)	(161)	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(2)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(255)	(169)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(469)	(327)	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(236.206)</b>	<b>(209.218)</b>	<b>(3.744)</b>	<b>(5.556)</b>
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(744)	(748)	(14)	(22)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(3.476)	(386)	(41)	(150)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.659)	(1.653)	(29)	-
Brasilfactors S.A. (f)	(5.222)	(219)	(11)	(9)
FIDC Brasilfactors (b)	(24.515)	(10.669)	(462)	(187)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(197.090)	(195.222)	(3.181)	(5.178)
Pessoal-chave da Administração (c)	(3.500)	(321)	(6)	(10)
<b>Operações compromissadas</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(6.578)</b>	<b>(86)</b>	<b>(672)</b>
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.031)	(6.578)	(86)	(672)
<b>LCA</b>	<b>(6.215)</b>	<b>(3.537)</b>	<b>(73)</b>	<b>(53)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(6.215)	(3.537)	(73)	(53)
<b>LCI</b>	<b>(318)</b>	<b>(1.850)</b>	<b>(21)</b>	<b>(38)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(318)	(1.850)	(21)	(38)
<b>NDF</b>	<b>2.527</b>	<b>535</b>	<b>3.834</b>	<b>300</b>
Brasilfactors S.A. (f)	2.527	535	3.834	300
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>(5.626.143)</b>	<b>(3.812.733)</b>	<b>(1.449.010)</b>	<b>(82.060)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(5.626.143)	(3.812.733)	(1.449.010)	(82.060)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

#### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações compromissadas são pós-fixadas e são valorizadas a taxa média 100% do CDI e possuem vencimento em 30 de agosto de 2022 com lastro de até 02 anos (Dezembro/19 – até 03 meses). As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 96,58% do CDI (Dezembro/19 – 95,6%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/19 – até 01 ano). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 94,68% do CDI (Dezembro/19 – 95,4%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/19 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 100,5% do CDI (Dezembro/19 – 91,77% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Dezembro/19 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,76% a.a. (Dezembro/19 – 3,14% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 8 anos (Dezembro/19 – em até 07 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8f.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2020 e o exercício de 2019, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

**b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Remuneração fixa	6.943	7.780
Outros(*)	665	603
<b>Total</b>	<b><u>7.608</u></b>	<b><u>8.383</u></b>

(\*) Refere-se substancialmente a benefícios com alimentação/refeição – R\$ 42 (Junho/19 – R\$ 54) e assistência médica e odontológica – R\$ 623 (Junho/19 – R\$ 549).

**b.2) Benefícios de longo prazo**

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

**26. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Operações de crédito	1.787.593	315.102
Operações de arrendamento mercantil	3.002	2.423
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.783	14.319
Aquisição de recebíveis	3.165	2.198
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	1.892	3.255
<b>Total</b>	<b><u>1.811.435</u></b>	<b><u>337.297</u></b>

**27. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Rendas de aplicações no exterior	84.641	17.317
Rendas de aplicações compromissadas	63.218	170.481
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	11.892	35.200
Resultado de títulos renda fixa	20.025	58.606
Outras operações com TVM	(2.693)	22.111
<b>Total</b>	<b><u>177.083</u></b>	<b><u>303.715</u></b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**28. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Swap	365.459	(9.326)
Termo de moedas	83.922	1.397
Mercado Futuro - DI	(52.372)	(44.268)
Mercado Futuro - Dólar	(15.092)	32.442
<b>Total</b>	<b><u>381.917</u></b>	<b><u>(19.755)</u></b>

**29. RESULTADO DE CÂMBIO**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Operações de câmbio	40.459	19.967
Variações cambiais	426.594	(18.069)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	140.858	15.588
<b>Total</b>	<b><u>607.911</u></b>	<b><u>17.486</u></b>

**30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado em operações de cessão de crédito com coobrigação	1.497	2.292
Despesas com descontos concedidos em renegociação	(23)	(14.428)
Outros	(223)	336
<b>Total</b>	<b><u>1.251</u></b>	<b><u>(11.800)</u></b>

**31. DESPESAS COM OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	1.801.704	68.892
Marcação a mercado - Item objeto de hedge	-	2.461
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	4.115	4.637
Reversão para empréstimos vinculados a operações	(44.492)	(14.822)
<b>Total</b>	<b><u>1.761.327</u></b>	<b><u>61.168</u></b>

**32. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO**

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Operações compromissadas	66.705	169.459
Depósitos a prazo	64.022	88.526
Despesas de letras Financeiras - LF	15.972	18.882

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Despesas de letras do agronegócio - LCA	8.324	18.927
Depósitos interfinanceiros	7.005	4.113
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	230	1.196
Outras	2.743	3.596
<b>Total</b>	<b>165.001</b>	<b>304.699</b>

### 33. DESPESAS COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEL A CAPITAL

	30/06/2020	30/06/2019
Dívida perpétua	116.149	6.660
Dívida subordinada	165.418	10.860
<b>Total</b>	<b>281.567</b>	<b>17.520</b>

### 34. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas sobre garantias prestadas	22.608	15.374
Rendas de cobrança	1.073	774
Rendas de tarifas bancárias	905	433
Rendas de outros serviços	1.066	564
<b>Total</b>	<b>25.652</b>	<b>17.145</b>

### 35. DESPESA DE PESSOAL

	30/06/2020	30/06/2019
Salários	44.948	69.713
Encargos Sociais	18.091	23.909
Benefícios	9.535	9.825
Honorários da diretoria	6.943	7.780
Outros	222	360
<b>Total</b>	<b>79.739</b>	<b>111.587</b>

### 36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de serviços de terceiros	15.642	18.269
Despesas de amortização e depreciação	10.648	11.823
Despesas de alugueis e taxas	8.347	8.357
Despesas de processamento de dados	8.410	9.033
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.965	3.342
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	4.480	3.819
Despesas de manutenção e conservação	1.424	2.073

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Despesas de transporte e viagens	792	1.440
Despesas com buscas e apreensão	1.285	1.323
Outras despesas	5.269	3.363
<b>Total</b>	<b>60.262</b>	<b>62.842</b>

### 37. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2020	30/06/2019
Atualização de depósitos em garantia	4.562	9.387
Recuperação de encargos e despesas	4.956	17.888
Reversão provisão operacional	5.240	-
Outras rendas operacionais	6.959	1.749
<b>Total</b>	<b>21.717</b>	<b>29.024</b>

### 38. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas com comissões	24.197	33.077
Provisão para perda de ativos não financeiros	17.059	-
Despesas com SPA	16.948	13.088
Despesas tributárias	9.078	12.588
Taxa de processamento	5.405	6.274
Provisão Ministérios das Cidades	4.337	-
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	540	977
Outras despesas operacionais	13.601	1.705
<b>Total</b>	<b>91.165</b>	<b>67.709</b>

### 39. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado de alienação de bens	1.857	1.351
Rendas de alugueis	136	282
Reversão/(Constituição) para provisão de imparidade de bens não de uso próprio	(32.966)	2.647
Prejuízo baixa de bens de uso	(2.350)	-
Outras rendas (despesas) não operacionais	64	452
<b>Total</b>	<b>(33.259)</b>	<b>4.732</b>



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### **40. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL**

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.930/19 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos,

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## **GESTÃO DE RISCO**

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

### **Gestão do Risco de Mercado**

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o *“Value-at-risk”* (incluindo testes de aderência e validações), *EVE- Economic Value of Equity* e *NII – Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

### **Gestão do Risco de Crédito**

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

*ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

### **Gestão do Risco de Liquidez**

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em Dezembro/2019 o CCB Brasil apresentou seu Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6b) no montante de R\$ 1.163.579 (Dezembro/19 – R\$ 1.298.203), que mesmo classificados no ativo não circulante representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.626.143 (Dezembro/19 – R\$ 3.812.733), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

30/06/2020			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	17.028.398	1.163.579	18.191.977
Passivo Circulante	(15.995.039)	5.626.143	(10.368.896)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>1.033.359</b>	<b>6.789.722</b>	<b>7.823.081</b>

31/12/2019			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por liquidez efetiva	Liquidez ajustada
Ativo Circulante	10.772.976	1.298.203	12.071.179
Passivo Circulante	(13.605.705)	3.812.733	(9.792.972)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(2.832.729)</b>	<b>(2.514.530)</b>	<b>2.278.207</b>

### Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

**Cenário 1:** Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 2:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 3:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30 de junho de 2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para 30 de junho 2020 adotados apenas para a Carteira banking (uma vez que o CCB Global é signatário da Lei Paul Volcker e não opera em carteira Trading na subsidiária CCB Brasil) encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 30/06/2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(108.817.506)	(271.970.831)	(543.696.042)
Taxa Prefixada em Reais	(32.846.861)	(80.194.587)	(154.366.827)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	(42)	(108)	(231)
<b>Perda Total</b>	<b>(141.664.409)</b>	<b>(352.165.527)</b>	<b>(698.063.100)</b>

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 30/06/2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(26.863)	(81.389)	(210.426)
Taxa Prefixada em Reais	(53.526)	(111.522)	(270.579)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	-	-	-
<b>Perda Total</b>	<b>(80.388)</b>	<b>(192.911)</b>	<b>(481.004)</b>

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

O CCB Brasil aplica a metodologia de Value-at-Risk (VaR) por simulação histórica para medir a sensibilidade da carteira a perdas decorrentes em diferentes eventos históricos e cenários que permitem estimar a perda potencial máxima de uma carteira para determinados período de tempo e intervalo de confiança. Por este modelo, a estimativa de risco é calculada a partir das variações históricas dos fatores de risco que determinada carteira possui exposição.

O CCB Brasil utiliza-se do VaR por simulação histórica considerando um nível de confiança estatística de 99%, ou seja, considera a perda máxima de um portfolio em 99% dos casos em um horizonte de tempo equivalente a um dia com os retornos históricos dos fatores de risco calculados em uma janela de observação de cinco anos. De forma complementar, análises de máxima, média e mínima perdas são efetuadas para avaliar o desempenho deste portfolio analisado ao longo do semestre.

A seguir, mostra-se os resultados de VaR no final de período e os valores máximos, mínimos e médios ao longo dos semestres:

<i>Value at Risk 99%</i>		
<b>VaR</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fim do Período	(50.046)	(39.208)
Mínimo*	(120.523)	(47.994)
Máximo*	(17.966)	(9.063)
Médio*	(10)	(3)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(\*) Considerando as piores perdas ao longo do semestre

## GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais “LGPDE”, dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

<b>Requerimentos Bacen</b>	<b>Valido em 30/06/2020</b>	<b>Valido em 31/12/2019</b>
Índice de Capital Principal	5,75%	7.0%
Índice de Capital de Nível 1	7,25%	8.5%
Índice de Basileia (PR total)	9,25%	10.5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

As tabelas apresentadas a seguir exibem os principais indicadores de capital apurados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e os estabelecidos em Política de RAS para 2020 - com revisão prevista para um ano ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em R\$ Mil	30/06/2020	31/12/2019
<b>Capital Nível 1</b>	<b>1.457.562</b>	<b>1.449.867</b>
-Capital Principal	1.058.909	1.167.718
-Perpetual Bonds	398.653	282.149
<b>Capital Nível 2</b>	<b>557.566</b>	<b>410.406</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>2.015.128</b>	<b>1.860.273</b>
-RWACpad	12.841.966	10.971.819
-RWAMpad	187.653	177.335
-RWAOpad	1.351.351	1.292.803
<b>Total RWA</b>	<b>14.380.970</b>	<b>12.441.957</b>
-IRRBB	252.802	241.597
<b>Índices</b>		
Capital Principal	7,36%	9,39%
Nível 1	10,14%	11,65%
Índice de Basileia	14,01%	14,95%
IB para RWA + IRRBB	11,49%	12,03%

O artigo 13º da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porem como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em R\$ na declaração de apetite a Riscos e tem representado em média 3 pontos no indicador de capitalização, como se vê acima.

#### 41. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no circulante, por motivo de desenquadramento de indicadores.

BANCO E CONSOLIDADO	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

##### b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### Conselho de Administração

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

#### Diretoria

Diretor Presidente:	Liping Shang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu
Diretores:	Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

#### Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid